

75 anos de parques nacionais: um balanço

No aniversário do Itatiaia, o parque nacional mais antigo do Brasil, um balanço de nossas áreas protegidas indica novos rumos para a conservação

Texto | Liana John

Visão do Pico das Agulhas Negras, localizado no Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro do país, criado há 75 anos por Getúlio Vargas



Em 75 anos, mudaram os propósitos e o processo de criação de nossos parques nacionais. Os decretos presidenciais que delimitaram as primeiras unidades de conservação eram rígidos, principalmente, pela oportunidade. As atuais preocupações com a “preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica para fins de pesquisa, educação, recreação e turismo” substituíram a antiga figura do “monumento público” para melhor aproveitamento de “terras do patrimônio nacional, onde existem benfeitorias e pessoal técnico especializado(...), com grande economia para os cofres da União”, conforme rezava o decreto de criação do primeiro parque brasileiro – o Parque Nacional do Itatiaia – em 14 de junho de 1937, assinado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas.

Outras finalidades foram acrescentadas à lista de justificativas para a criação

de parques, tais como a conservação de espécies ameaçadas de extinção e a prestação de serviços ambientais – sobretudo conservação dos recursos hídricos. Serviço ambiental ou ecossistêmico é um conceito novo que exprime o papel exercido por um determinado bioma para o funcionamento equilibrado do meio ambiente. Processos naturais, como o de purificação da água ou a absorção de gás carbônico, por exemplo, são considerados serviços ambientais prestados pelos parques nacionais e outras áreas preservadas. Há, ainda, razões não explícitas nos documentos legais, mas adotadas na prática, como a proteção de fronteiras, a contenção da expansão agropecuária e a estabilização do clima por evitar a emissão de carbono.

O decreto presidencial gestado apenas nos gabinetes também deu lugar a um processo mais participativo, com a obrigato-

riedade de realização de consultas públicas e de envolvimento das comunidades locais, conforme regras estabelecidas, em 2000, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Mas nada disso eliminou os crônicos problemas dos parques nacionais: pendências fundiárias, especulação imobiliária, invasões, permanência de moradores tradicionais, fragmentação por estradas, incêndios, caça e pesca predatórias, exploração indevida dos recursos naturais e, principalmente, escassez de recursos humanos e materiais para fiscalização e manutenção.

Receita irrisória

Em países com alto índice de visitação dos parques, os gestores conseguem garantir receita para cuidar de todos esses problemas com a cobrança de ingressos e concessões de lojas para atender a turistas. Na África do Sul, por exemplo, o órgão gestor dos parques, SANParks, garante 75% de sua receita operacional por meio de parcerias com o setor privado. Nos Estados Unidos, só com as taxas de recreação, a receita dos parques nacionais é de US\$ 190 milhões por ano. Em vários locais, os frequentadores recolhem essas taxas em caixas de metal com aberturas do tipo boca-de-lobo, localizadas no início das trilhas, com uma placa indicando o valor sugerido, por pessoa, conforme a atividade realizada: caminhada, bicicleta, escalada etc. Ninguém fica ali para cobrar, ninguém depreda ou rouba as caixas e todos os usuários pagam, como esta repórter pôde atestar pessoalmente durante uma caminhada no Parque Nacional das Montanhas Rochosas, no Colorado (EUA).

No Brasil, porém, a receita gerada nos parques é irrisória. Apenas 12 dos 68 parques nacionais cobram ingresso de entrada, e o valor total arrecadado, em 2011, foi de R\$ 24.377.889,48, muito aquém das necessidades de manutenção e implementação das unidades de conservação.



THALITA MONFORT/ICMBO

Outra fonte de receita importante foi criada com a lei do SNUC, que instituiu a obrigatoriedade de grandes obras com impactos ambientais destinarem 0,5% de seu orçamento para compensações ambientais. O percentual foi modificado (para menos) por diversos acordos e regulamentações posteriores. Pelas estimativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), as compensações deveriam ter gerado um caixa de R\$ 500 milhões, destinado, prioritariamente, à regularização fundiária de todos os tipos de Unidades de Conservação (UCs). Porém, o ICMbio conta, hoje, com aproximadamente R\$ 80 milhões para regularização fundiária e mais R\$ 8 milhões para colocar em prática os planos de manejo dos parques. É melhor do que nada, mas ainda é pouco, pois somente 29 parques

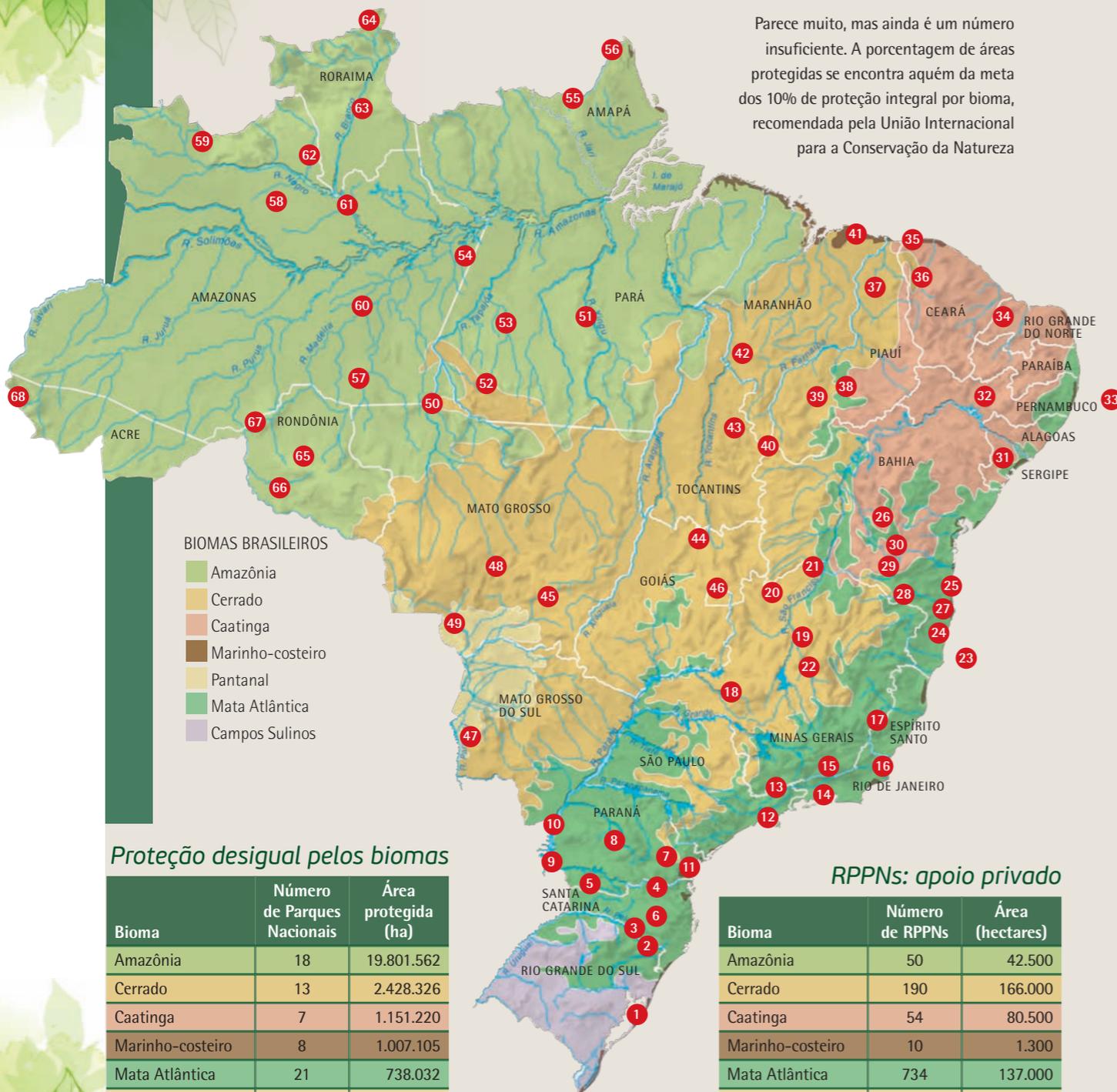
Pedra do Frade, no Parque Nacional Serra da Bocaina, entre S. Paulo e Rio: no Sudeste, áreas protegidas são menores e dispersas



ZIG KOCH/WWF



Veja onde estão os 68 parques nacionais do Brasil



BIOMAS BRASILEIROS

- Amazônia
- Cerrado
- Caatinga
- Marinho-costeiro
- Pantanal
- Mata Atlântica
- Campos Sulinos

Proteção desigual pelos biomas

Bioma	Número de Parques Nacionais	Área protegida (ha)
Amazônia	18	19.801.562
Cerrado	13	2.428.326
Caatinga	7	1.151.220
Marinho-costeiro	8	1.007.105
Mata Atlântica	21	738.032
Pantanal	1	135.606
Pampa	0	0
Total	68	25.261.851

RPPNs: apoio privado

Bioma	Número de RPPNs	Área (hectares)
Amazônia	50	42.500
Cerrado	190	166.000
Caatinga	54	80.500
Marinho-costeiro	10	1.300
Mata Atlântica	734	137.000
Pantanal	24	268.000
Pampa	8	3.200
Total	1.070	25.261.851

Parques Nacionais por UF

- Rio Grande do Sul**
 - 1 Lagoa do Peixe
 - 2 Serra Geral
 - 3 Aparados da Serra
- Santa Catarina**
 - 4 Serra do Itajaí
 - 5 Araucárias
 - 6 São Joaquim
- Paraná**
 - 7 Saint Hilaire/Lange
 - 8 Campos Gerais
 - 9 Iguaçu
 - 10 Ilha Grande
 - 11 Superagui
- São Paulo/Rio de Janeiro**
 - 12 Serra da Bocaina
- Rio de Janeiro**
 - 13 Itatiaia
 - 14 Tijuca
 - 15 Serra dos Órgãos
 - 16 Restinga de Jurubatiba
- Espírito Santo/Minas**
 - 17 Caparaó
- Minas Gerais**
 - 18 Serra da Canastra
 - 19 Sempre Vivas
 - 20 Grande Sertão Veredas
 - 21 Cavernas do Peruaçu
 - 22 Serra do Cipó
- Bahia**
 - 23 Marinho de Abrolhos
 - 24 Descobrimento
 - 25 Pau-Brasil
 - 26 Chapada Diamantina
 - 27 Monte Pascoal
 - 28 Cariri
 - 29 Serra das Lontras
 - 30 Boa Nova
- Sergipe**
 - 31 Serra da Itabaiana
- Pernambuco**
 - 32 Catimbau
 - 33 Marinho Fernando Noronha
- Rio Grande do Norte**
 - 34 Furna Feia
- Ceará**
 - 35 Jericoacoara
 - 36 Ubajara
- Piauí**
 - 37 Sete Cidades
- Rio Grande do Sul**
 - 38 Serra da Capivara
 - 39 Serra das Confusões
- Piauí/Tocantins**
 - 40 Nascentes do Rio Parnaíba
- Maranhão**
 - 41 Lençóis Maranhenses
 - 42 Chapada das Mesas
- Tocantins**
 - 43 Araguaia
- Goiás**
 - 44 Chapada dos Veadeiros
 - 45 Emas
- Distrito Federal**
 - 46 Brasília
- Mato Grosso do Sul**
 - 47 Serra da Bodoquena
- Mato Grosso**
 - 48 Chapada dos Guimarães
 - 49 Pantanal Matogrossense
 - 50 Juruena
- Pará**
 - 51 Serra do Pardo
 - 52 Rio Novo
 - 53 Jaxamim
- Amazonas/Pará**
 - 54 Amazônia
- Amapá**
 - 55 Montanhas de Tumucumaque
 - 56 Cabo Orange
- Amazonas**
 - 57 Campos Amazônicos
 - 58 Jaú
 - 59 Pico da Neblina
 - 60 Nascente do Lago Jari
 - 61 Anavilhanas
- Amazonas/Roraima**
 - 62 Mocidade
- Roraima**
 - 63 Viruá
 - 64 Monte Roraima
- Rondônia**
 - 65 Pacaás Novos
 - 66 Serra da Cutia
 - 67 Mapiquari
- Acre**
 - 68 Serra do Divisor

Fonte: ICMBio, 2012

nacionais estão regularizados, restando 39 com pendências fundiárias (algumas milionárias, outras recheadas de conflitos).

Amazônia priorizada

O que mudou de fato nestes 75 anos desde a criação do primeiro parque nacional foi a extensão das áreas protegidas. Aos 11.943 hectares do primeiro decreto, o governo federal somou outros 25,3 milhões de hectares – outros 68 parques nacionais. O próprio Parque Nacional do Itatiaia, o pioneiro, foi ampliado em 1982, totalizando 28.084 hectares.

Isso sem contar os outros tipos de unidades de conservação (UCs) de proteção integral existentes, nas categorias Estação Ecológica (com prioridade para a pesquisa); Reserva Biológica (cujo foco é preservação da vida, sem interferência humana); Monumento Natural (protege sítios naturais raros ou de grande beleza cênica); e Refúgio de Vida Silvestre (ambientes importantes para reprodução de espécies). A soma de todas essas categorias de proteção integral corresponde a uma área de outros 10,9 milhões de hectares em mais 71 unidades de conservação.

Parece área suficiente para garantir a manutenção das espécies de nossa fauna e flora, em toda expressão de sua diversidade. No entanto, a distribuição desses parques e reservas pelo território nacional mostra uma tendência de proteger as florestas mais famosas, enquanto outras áreas permanecem praticamente a descoberto.

A Amazônia é, de longe, nosso bioma mais bem protegido. Dos 25,3 milhões de hectares transformados em parques nacionais, 19,8 milhões se encontram ali. Considerando todos os tipos de UCs, a Amazônia tem 13,91% de seu território protegido.

Contribuiu muito para esse aumento o fato de a região ainda ser pouco povoada. Em 2002, quando esta repórter visitou o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, somente 31 famílias de ribeirinhos viviam em seus 2,7



CIRO ALBANO

Beija-flor-balança-rabo-canela (*Glaucis dohrnii*): exemplo de animal salvo graças à existência de uma área protegida

milhões de hectares. Como não há estradas de acesso nem pistas de pouso, a vigilância feita de dois postos flutuantes, na boca dos dois principais rios, garante a segurança do nosso segundo maior parque – o maior é o das Montanhas do Tumucumaque, com 3,8 milhões de hectares, também na Amazônia.

Apagando incêndios

Na Mata Atlântica, o número de parques nacionais é maior – 21 unidades –, mas a área de cada um é consideravelmente menor. Tanto que o total protegido no bioma corresponde a meros 738 mil hectares.

Essas áreas protegidas são extremamente importantes, pois abrigam pelo menos 257 plantas e animais ameaçados de extinção. No entanto, a fragmentação da proteção, como a da própria floresta, torna mais precária a sobrevivência dessas espécies sob risco.

Assim, faz parte das estratégias de conservação do bioma promover a formação de corredores de biodiversidade, ou mosaicos de unidades de conservação, com o objetivo de reconectar os vários fragmentos de mata dispersos.

“Pelos acordos da Convenção de Diversidade Biológica, deveríamos ter unidades de conservação para proteger pelo menos 10% de cada bioma”, argumenta Luiz Paulo Pinto, da Conservação Internacional (CI). Além disso, prossegue, “no Brasil ainda não fazemos manejo dentro das unidades de conservação, ou seja, não lidamos com translocações, reintroduções e controle de espécies, como se faz em muitos outros parques do mundo”. Segundo Luiz Pinto, o esforço dos funcionários dos parques ainda é para garantir a integridade física de cada unidade contra o fogo, os caçadores e as invasões. “Estão, literalmente, apagando incêndios e mal sobra tempo para o trabalho de longo prazo.”

Por isso, um dos focos da CI no Brasil é ajudar a criar mosaicos, sobretudo na Mata Atlântica e no cerrado, além da Calha Norte do Amazonas, no entorno do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. “Acreditamos na estratégia dos mosaicos. Além de proporcionar integração institucional entre os níveis federal, estadual e municipal, os mosaicos mobilizam até propriedades privadas com o objetivo

de reestabelecer a conexão de corredores de biodiversidade.”

As propriedades particulares podem ser transformadas em unidades de conservação quando reconhecidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Em geral, cada RPPN é pequena, mas sua localização pode ser estratégica e significar a diferença entre a extinção e a vida para algumas espécies. Basta lembrar o caso dos macacos muriquis, também chamados de monarcoveiros, cuja população mais representativa se encontra na RPPN Caratinga, em Minas Gerais. E vale citar outro caso, menos divulgado, do beija-flor-balança-rabo-canela (*Glaucis dohrnii*), cuja sobrevivência depende, inteiramente, de uma das três RPPNs mantidas pela empresa Fibria Celulose, na divisa da Bahia com o Espírito Santo.

Visitação planejada

Do lado governamental, nos últimos anos o grande esforço foi elaborar e colocar em prática os planos de manejo, fundamentais para assegurar uma visitação ordenada, dentro da capacidade de suporte de cada área. “Não creio que a visitação interfira na conservação dos habitats. Pelo contrário, considero-a uma forma de conservação, por fazer os visitantes conhecerem e valorizarem as próprias unidades de conservação,

assim como por promover uma economia local associada à conservação desses lugares”, comenta Marcelo Marcelino de Oliveira, diretor de pesquisa, avaliação e monitoramento da biodiversidade do ICMBio.

De acordo com levantamentos realizados pelo órgão governamental, entre os animais que constam da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção, 60% têm populações protegidas nas unidades de conservação federais. Em relação à flora, dentre as 472 espécies de plantas listadas, pelo menos 100 delas, ou 22%, ocorrem dentro dos parques e reservas nacionais. Essas in-

RPPN de Salto Morato (PR): papel das reservas privadas cresce em ambientes fragmentados como o da Mata Atlântica

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO



Pontes para o futuro

O estabelecimento de uma ampla rede de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) ajuda a promover a reconexão de ecossistemas protegidos em parques e reservas, formando corredores de biodiversidade. Os animais maiores dependem desses corredores para manter populações viáveis, mas não é só: no contexto de mudanças climáticas, tais conexões são fundamentais para a sobrevivência de um grande número de espécies. “Um dos papéis principais das RPPNs é formar uma espécie de cordão de proteção em volta de parques e reservas, seja na zona de amortecimento da unidade de conservação ou nos interstícios, entre os parques”, comenta Beto Mesquita, diretor do Programa Mata Atlântica na Conservação Internacional (CI).



Muriqui, o maior macaco das Américas: exemplo de preservação que se deu a partir da criação de unidades de RPPNs na Mata Atlântica

HAROLD DO PALO JR./AKINO

formações constam de um atlas organizado pelo ICMBio, lançado em setembro de 2012, que indica quanto da nossa biodiversidade está protegida em cada tipo de unidade de conservação. “Nossos maiores déficits, em termos de proteção, estão nos biomas pampa e marinho, sendo este o que também tem menos informação sobre as espécies e uma grande pressão de exploração da pesca”, acrescenta Oliveira. Assim, os peixes de águas salgadas foram destaque na revisão de metodologia recentemente feita para mudar a forma de elaborar as listas oficiais de espécies ameaçadas.

“Estamos trabalhando para avaliar 10 mil espécies da fauna e da flora, sendo 2 mil invertebrados, incluindo todas as espécies aquáticas, de águas doce ou salgada”, diz. “A partir dessa análise vamos estabelecer estratégias de conservação, com base na elaboração de planos de ação por grupos de espécies afins. A conservação não pode ser mais a mesma. Estamos diante de um conjunto de empreendimentos de grande

porte, em todo o Brasil, e precisamos nos adaptar para ter respostas bem objetivas. Assim sendo, quanto mais informação reunirmos, melhor será”, afirma Oliveira. Os primeiros 40 planos de ação já foram elaborados e estão em andamento, abrangendo 267 espécies da fauna brasileira.

Biomas esquecidos

“No bioma marinho, devemos restringir a pesca em algumas áreas, estabelecer períodos de defeso e trabalhar com mudanças de atitude das comunidades que vivem em torno das unidades. Não é só criar novas áreas”, arremata Marcelo Oliveira.

Para o diretor do Programa Marinho da Conservação Internacional (CI), Guilherme Dutra, o mar brasileiro merece toda a atenção: “Temos um conjunto único de chapirões de recifes de corais, formados por espécies endêmicas, na região de Abrolhos, que se soma à ocorrência de algas calcárias em forma de bolas, chamadas de rodolitos. Tudo isso precisa estar dentro de novas



DIVULGAÇÃO

unidades de conservação marinhas” (leia a reportagem “Abrolhos em perigo”, publicada na *Horizonte Geográfico* 142). Segundo ele, os parques nacionais marinhos protegem apenas 0,1% da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que é o território brasileiro no Atlântico Sul. “É irrisório. E mesmo se considerarmos as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Extrativistas, que são unidades de desenvolvimento sustentável nas quais se admitem diversas atividades, o percentual ainda é de apenas 1,57% da nossa área marinha.”

Quase tão crítica é a situação do Pantanal, no qual um único parque nacional protege apenas 0,97% desse bioma. Drama semelhante é o do bioma pampa, que abrange 63% do Estado do Rio Grande do Sul e não conta com nenhum parque.

Na caatinga e no cerrado, a situação não é tão crítica em termos de área total protegida e número de parques nacionais. Mas a vizinhança das atividades humanas não é nada tranquila. Embora a criação de parques hoje implique em consulta às comunidades do entorno, o fato de a maioria da população brasileira não conhecer nem frequentar as áreas protegidas diminui as possibilidades de engajamento na conservação.

Esse distanciamento motivou a criação do Instituto Semeia. A meta da equipe do instituto é trabalhar na articulação entre os setores público e privado para o desenvolvimento e a aplicação de modelos de gestão em áreas protegidas, conforme explica Ana Luísa da Riva, diretora-executiva do instituto. Para tanto, ela espera estimular parcerias público-privadas, tendo o governo como regulador e a iniciativa privada como operadora de bens e serviços, de modo a garantir a conservação e promover o desenvolvimento. A primeira experiência levada a cabo pelo instituto, em parceria com o ICMBio, está em andamento no Parque Nacional da Serra da Bocaina, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. “O setor privado tem de entrar nessa agenda para promover a gestão profissionalizada, o serviço seguro, o turismo que não degrada, mas preserva.”

A ideia é fazer com que os brasileiros sintam orgulho de nossos parques e reservas, pondera a diretora do Semeia. “É uma missão de longo prazo, coisa para 50 anos, mas já começamos a dar os primeiros passos.” Ou melhor, os passos seguintes, já que os primeiros foram dados há 75 anos, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. ●

Parque Nacional do Iguaçu é o mais visitado do país, com média de 1,4 milhão de visitantes por ano: realidade bem diferente da maioria dos outros parques

